

E-005



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SISTEMAS

Duração: 5h (cinco horas)
Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advenha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma “Respeitosamente”
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5			LICITAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS				
6	COD	DESCRIÇÃO	FORNECEDORES - PREÇO TOTAL			MENOR COTAÇÃO	FORNECEDOR VENCEDOR
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função **MENOR** para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função **SE**, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR* (x64). Nesse *browser*, o atalho de teclado **Ctrl + D** é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede *WAN*. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No que se refere aos conceitos básicos de informática, observe a figura que mostra a placa mãe de um microcomputador Intel.



Os componentes identificados por C3 e C6 são conhecidos, respectivamente, como barramento:

- A) IDE e slot/soquete PCI
- B) SATA e slot/soquete PCI
- C) IDE e slot/soquete PCI-EXPRESS
- D) IDE e slot/soquete para memória DDR
- E) SATA e slot/soquete para memória DDR

32. Com relação aos conceitos básicos de informática e no que diz respeito aos parâmetros de desempenho de discos rígidos, dois tempos são caracterizados a seguir.

- I. Indica o tempo necessário em ms para que a cabeça de leitura e gravação se posicione no setor do disco que deve ser lido ou mesmo gravado. Esse parâmetro sofre influência do tempo de rotação dos discos, atualmente na faixa de 5.400, 7.200 e 10.000 rpm;
- II. Indica o tempo que a cabeça de leitura e gravação leva para se deslocar até uma trilha do disco ou mesmo de uma trilha a outra. Cabe ressaltar que quanto menor esse tempo, melhor o desempenho.

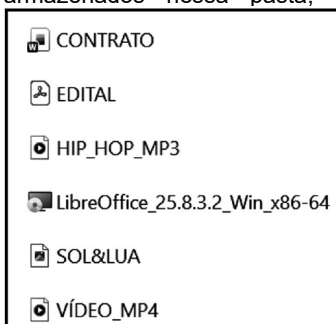
Os parâmetros descritos em I e em II são conhecidos, respectivamente, como tempos de:

- A) busca e acesso
- B) latência e busca
- C) efetividade e latência
- D) acesso e transferência
- E) transferência e efetividade



33. Atualmente, é fundamental ter instalado um *software* antivírus, visando à proteção dos microcomputadores e *notebooks*, incluindo anexos de e-mails. O vírus infecta o computador por meio da multiplicação dele (cópias), com intenção de causar dano na máquina ou roubar dados. O antivírus analisa os arquivos do computador, buscando padrões de comportamento e códigos que não seriam comuns em algum tipo de arquivo, e compara com seu banco de dados. Com isso, o antivírus avisa ao usuário que tem algo suspeito para que seja tomada providência. Nesse contexto, três exemplos de antivírus são:

- A) Defrag, e Paint e Viewer
- B) RealPlayer, AVG e Winzip
- C) Avast, McAfee e Kaspersky
- D) WinRAR, Panda e QuickTime
- E) Ccleaner, ChatGPT e Thunderbird

34. No aplicativo Explorador de Arquivos do *Windows 11* BR (x64), um Analista de TI da UFRJ acessou > Este Computador > OS (C:) > UFRJ. Para selecionar todos os arquivos armazenados nessa pasta, conforme mostrado na figura



, ele pode executar dois procedimentos, descritos a seguir.

- (1) Executar um atalho de teclado ou
- (2) Selecionar , que está no topo da lista e, levando o cursor do mouse sobre o nome do último arquivo , pressionar, simultaneamente, uma tecla específica.

O atalho de teclado e a tecla pressionada são, respectivamente:

- A) Ctrl + A e Alt
- B) Ctrl + F e Ctrl
- C) Ctrl + A e Ctrl
- D) Ctrl + F e Shift
- E) Ctrl + A e Shift

35. No que diz respeito à organização hierárquica dos diretórios, os sistemas *GNU/Linux* possuem um padrão rígido e específico, definido pela *Filesystem Hierarchy Standard*, sendo dois deles descritos a seguir.

- I. É um diretório que armazena as bibliotecas essenciais e os módulos do *kernel Linux*, sendo que bibliotecas são conjuntos de funções e recursos utilizados por programas;
- II. É um diretório que armazena informações do sistema, como *spool* de impressora, caixas postais, *logs* do sistema e cache de programas.

Esses diretórios são conhecidos, respectivamente, por:

- A) /lib/ e /var/
- B) /sys/ e /lib/
- C) /bin/ e /sys/
- D) /usr/ e /bin/
- E) /var/ e /usr/

36. No que diz respeito aos conceitos de tecnologias relacionadas à internet, busca e pesquisa na *web*, um serviço é conhecido por uma sigla que define um sistema composto por servidores que cooperam juntos para a tradução de domínios para endereços IP. É uma infraestrutura invisível que funciona e opera com servidores em várias camadas, para garantir a eficácia da tradução de domínios em endereços IP e que os dispositivos possam se comunicar efetivamente na rede global. Nesse contexto, quando se acessa o endereço eletrônico <https://ufrj.br/>, na verdade, o sistema utiliza o IP que corresponde a esse endereço. Assim sendo, esse serviço de tradução de endereços para o IP e o próprio endereço eletrônico são conhecidos, respectivamente, pelas siglas:

- A) SSH e URL
- B) DNS e UDP
- C) DNS e FTP
- D) DNS e URL
- E) SSH e UDP

37. Um Analista de TI que trabalha na UFRJ está navegando pela internet por meio do *Google Chrome*, em uma de suas últimas versões, em um *notebook* Intel, com *Windows 11* BR (x64). No momento, encontra-se visualizando a página da Lei de Proteção de Dados no Brasil (LGPD), por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd>. Para realizar uma pesquisa na página desse site, ele executou um atalho de teclado, suportado pelo *browser*, que mostrou uma pequena janela de diálogo no canto superior direito. Feita a pesquisa, ele executou outro atalho de teclado que mostrou o histórico dos *downloads* realizados. Esses dois atalhos de teclado são, respectivamente:

- A) Ctrl + B e Ctrl + D
- B) Ctrl + F e Ctrl + W
- C) Ctrl + F e Ctrl + J
- D) Ctrl + F e Ctrl + D
- E) Ctrl + B e Ctrl + J

38. No que se refere aos pilares da segurança da informação, um tem por objetivo assegurar que a informação deva estar correta, ser verdadeira e não estar corrompida, enquanto outro visa a garantir que um usuário é de fato quem alega ser. Paralelamente, códigos maliciosos, conhecidos como *malware*, são usados como intermediários para prática de golpes, realização de ataques e envio de *spam*. Dentre eles, um programa é capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador. Sua ativação, em muitos casos, está condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um site específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*. Nesse contexto, os dois pilares e o nome pelo qual é conhecido o *malware* descrito são, respectivamente:

- A) usabilidade, prevenção e *backdoor*
- B) integridade, autenticação e *keylogger*
- C) autenticação, usabilidade e *keylogger*
- D) homologação, integridade e *ransomware*
- E) confidencialidade, homologação e *ransomware*

39. Uma equipe de programadores está desenvolvendo uma API *web* que vai tratar da transmissão de dados *online*, possibilitando, assim, a comunicação dos dados com outras aplicações. Tal API fará uso do protocolo SOAP para troca de mensagens. Nesse contexto, quando uma solicitação for recebida por essa API, as mensagens de retorno serão no formato de:

- A) sinais IoT
- B) *scripts* PHP
- C) *scripts* JSON
- D) documentos PDF
- E) documentos XML

40. Um empreendimento de TI resolveu implantar uma arquitetura cliente-servidor de três camadas na sua estrutura *web*. A equipe de desenvolvimento está, então, trabalhando na camada que vai representar a interface de usuário com a camada de comunicação. Cabe a essa camada a exibição das informações gerais, além da coleta de informações dos usuários, podendo ser executada em um navegador da *web*. Considerando esse modelo de arquitetura, a camada na qual a equipe está trabalhando é a:

- A) física
- B) sessão
- C) aplicação
- D) apresentação
- E) endereçamento

41. Uma equipe de desenvolvimento *Web* pretende utilizar uma *framework backend* em uma das suas aplicações. Esse *framework* é aplicável com PHP, utiliza o paradigma arquitetural MVC (*Model-View-Controller*) e usa o *Eloquent* como implementação integrada de mapeamento objeto-relacional (ORM). Para esse caso, o *framework* a ser utilizado é o:

- A) Angular
- B) Laravel
- C) *Bootstrap*
- D) *Spring Boot*
- E) *Java Persistence*

42. Uma equipe de desenvolvimento de *software* vai utilizar a metodologia *Scrum* em seus projetos de sistemas. Uma das características dessa metodologia é a existência do *Scrum Master*, que tem como atribuição:

- A) assumir o papel de um líder técnico e facilitador do time *Scrum*, focando em treinar e guiar a equipe, visando aos valores ágeis a entregar
- B) focar na organização dos dados através de modelos lógicos e conceituais elaborados via diagramas, combinando as habilidades técnicas de um DBA
- C) ter a capacidade de lidar com ações de prevenção e manutenção de problemas nos equipamentos de rede usados pela equipe participante do *Scrum*
- D) trabalhar com ciclos iterativos de períodos curtos e entregas incrementais de valor, gerando tal valor nos eventos de Planejamento, Diárias, Revisão e Retrospectiva e usando dados dinâmicos
- E) direcionar o projeto de acordo com os desejos dos *stakeholders*, sendo o único responsável para traçar as definições do produto final, visando a incrementá-lo de acordo com o andamento do projeto

43. Um programador de sistemas está aprendendo a usar uma linguagem de programação orientada a objetos (OO). Dentre as características dessa linguagem, há a implementação do paradigma OO, que trata de permitir que objetos de diferentes classes trabalhem, com um mesmo método, de maneiras diferentes. Esse paradigma é o(a):

- A) herança
- B) abstração
- C) polimorfismo
- D) conceituação
- E) encapsulamento

44. Uma empresa científica deseja instalar uma infraestrutura de computação em GRID, a fim de fazer análises complexas para diversas pesquisas nacionais. Eles estão, no momento, adquirindo um *software* específico que vai servir para conectar os recursos computacionais do GRID, permitindo que vários nós se comuniquem e troquem esses recursos. Esse tipo de *software*, que é um componente da infraestrutura de um GRID, é o:

- A) *adware*
- B) *middleware*
- C) *peopleware*
- D) *shovelware*
- E) *bundlesware*

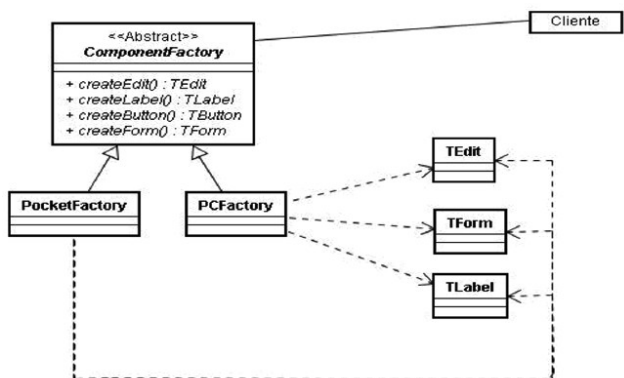
45. Uma empresa de software precisa contratar um profissional, no contexto de TI, que trabalhe para identificar e analisar as transformações e as necessidades dos problemas apresentados, buscando soluções para satisfazer as necessidades observadas. Esse profissional também precisa ser capaz de criar, realizar, trocar ou armazenar valores dos assuntos das relações comerciais das empresas-alvo. Além disso, ele precisa saber conversar e obter as necessidades e perspectivas dos *stakeholders* envolvidos, extraindo, desse modo, os valores importantes. Esse profissional também precisa saber contextualizar todas essas informações junto à área comercial da empresa. O profissional que atende a esses requisitos é o analista de:

- A) suporte
- B) finanças
- C) predição
- D) negócios
- E) qualidade

46. Um desenvolvedor de aplicações de TI está utilizando um sistema de controle de versão distribuído, o GIT, no desenvolvimento de um aplicativo. No momento, ele precisa enviar as alterações recém-realizadas nesse aplicativo para um repositório remoto. O comando do ambiente GIT a ser usado, para tal, é o :git

- A) *pull*
- B) *push*
- C) *merge*
- D) *status*
- E) *branch*

47. Uma equipe de projeto de TI está trabalhando com o desenvolvimento de aplicações e utiliza, para isso, padrões de projeto. A figura a seguir representa a estrutura arquitetural de padrão de projeto utilizado por essa equipe.



Fonte: Gamma, E.; Helm, R.; Johnson, R. e Viissides, J. (2000). "Padrões de Projeto: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos". 1. Ed, Bookman.

A utilização desse padrão é ideal para uma situação em que:

- A) é fornecida uma interface para criação de famílias de objetos relacionados ou dependentes, sem especificar suas classes concretas
- B) define-se um esqueleto de algoritmo e de uma aplicação, usando de postergação para confeccionar operações de subclasses
- C) um objeto possuirá apenas uma única instância, sendo que uma classe irá gerar apenas um objeto, disponível de forma única para todo o escopo da aplicação
- D) seja necessário converter a interface de uma classe para outras interfaces, sendo estas determinadas de modo múltiplo pelos clientes da classe principal
- E) cria-se um objeto intermediário, entre um objeto base e seus clientes, sendo que estes não têm uma referência direta para o objeto base, só para o intermediário

48. Um programador de ambiente WEB precisa utilizar o JSON para armazenar e transmitir dados de um estudante de uma universidade, sendo essas informações: nome, ano de entrada, matrícula e disciplinas. No caso, as informações são do estudante J. Edward, que entrou em 2025, tem a matrícula F234567G9 e está cursando Cálculo 1 e Programação. A representação dessas informações na sintaxe JSON é:

- A) <estudante>
<nome>J Edward</nome>
<entrada>2025 </entrada>
<matricula>F234567G9 </matricula>
<disciplinas>Cálculo 1, Programação</disciplinas>
</estudante>

- B) {
"nome": "J Edward": "nome".
"entrada": 2025: "entrada".
"matricula": "F234567G9": "matricula".
"disciplinas": ["Cálculo 1", "Programação"]: "disciplinas".
}

- C) {
"nome": "J Edward",
"entrada": 2025,
"matricula": "F234567G9",
"disciplinas": ["Cálculo 1", "Programação"]
}

- D) {
<J. Edward>
<entrada> 2025
<matricula>: F234567G9
<disciplinas>: Cálculo 1, Programação
</J Edward>
}

- E) <Estudante>
"nome": "J Edward ",
"entrada": 2025,
"matricula": "F234567G9",
"disciplinas": ["Cálculo 1", "Programação"]
</Estudante>

49. Em conformidade com a Lei n.º 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei n.º 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, de acordo com o Art. 4º, as ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas, recebe a seguinte denominação:

- A) base nacional de serviços públicos
- B) plataformas de governo digital
- C) governo como plataforma
- D) laboratório de inovação
- E) registros de referência

50. De acordo com o Decreto n.º 9756, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo Federal, em conformidade com o Art. 1º, fica instituído o portal único, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, por meio do qual informações institucionais, notícias e serviços públicos prestados pelo Governo Federal serão disponibilizados de maneira centralizada. Esse portal único é denominado:

- A) GSI
- B) MCTI
- C) e-CAC
- D) FLICKR
- E) GOV.BR

PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

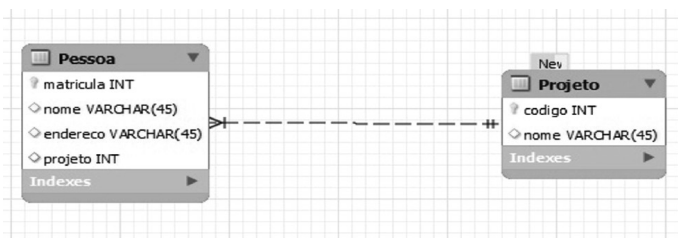
Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

QUESTÃO Nº 1

O Decreto n.º 12.572, de 4 de agosto de 2025, institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal. Em uma instituição pública federal, precisa-se implementar, de forma clara, os instrumentos que vão ser utilizados para aplicar essa Política Nacional de Segurança da Informação. Apresente esses instrumentos, que são definidos no decreto referido.

QUESTÃO Nº 2

Uma equipe de Ciência de Dados confeccionou o diagrama "entidade-relacionamento" de um banco de dados, criado via MySQL. Esse diagrama pode ser observado a seguir.



Com base no diagrama, as situações a), b) e c) abaixo devem ser resolvidas. Para tanto, utilize *scripts SQL*.

- Criar a tabela "Pessoa", com todos os campos, tipos e restrições;
- Obter somente as matrículas e os nomes de todos os funcionários que trabalham no projeto de nome "projeto1";
- Descobrir quais projetos (nome do projeto) não têm pessoas alocadas.

QUESTÃO Nº 3

Uma empresa está iniciando a etapa de análise de requisitos para a construção de um novo *software* de controle de material de TI. Para isso, é importante reconhecer os conceitos e elementos básicos de uma análise de requisitos de sistema. A partir disso:

- Indique pelo menos três métodos usados para levantamento de requisitos;
- Indique uma categoria de requisitos funcionais e uma categoria de requisitos não funcionais que podem ser aplicados a esse sistema;
- Escreva um caso de uso referente ao controle de entrada de material através do Setor de Compras. A resposta deve ser descritiva (não serão aceitos desenhos), indicar atores, possíveis entradas e saídas e um esboço do fluxo básico ou normal.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO